



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**25/01/2019**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
1.2. DECISÕES.....	2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	3
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	4
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	5
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DESEMBARGADOR.....	6

RELATÓRIO



Reprodução/Ilustrativa  
Dos agendamentos, 12.202 audiências foram realizadas, 10.532 uma das partes não compareceu e 644 uma das partes desistiu.

## Justiça do MA firmou pela conciliação mais de 5 mil acordos em 2018

Dados são de Relatório de Atividades 2018 e o número representa um índice de 24,89% de resolutividade

Em 2018, quase seis mil acordos foram homologados pelo Judiciário maranhense. Os dados constam de Relatório de Atividades 2018 apresentado pelo desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPE-MEC), do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

De acordo com o documento, durante o ano de 2018 foram feitos 23.374 agendamentos de audiências de conciliação, com 5.817 resultando em acordos, com um valor de acordo chegando a R\$ 28.973.875,73. O número representa um índice de 24,89% de resolutividade. Dos agendamentos, 12.202 audiências foram realizadas, 10.532 uma das partes não compareceu e 644 uma das partes desistiu.

Em 2018, foram instalados três novos Centro de Conciliação: Centro de Conciliação e Mediação no Segundo Grau de Jurisdição; o 7º Centro Judiciário de Solução de Conflitos - parceria com a Faculdade UniCeuma - Campus Anil; e o 2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos na Comarca de Timon - parceria com a Faculdade CESM.

### Mutirões

Foram realizados 16 mutirões ao longo do ano de 2018. Entre os parceiros que promoveram os eventos estão a FACAM, Cemar, Centro Elétrico, Cyrela e Pitágoras. Esses eventos específicos totalizaram R\$ 12.301.551,24 em acordos.

Também foram realizados três Balcões de Renegociação de Dívidas em São Luís, Paço do Lumiar e Bacabal. Um total de R\$ 5.690.036,16 em acordos foi o resultado de 5.742 atendimentos nas três edições do evento.

Na Semana Nacional de Conciliação - realizada entre 5 e 9 de novembro de 2018 -, em cada unidade judicial foram escolhidos processos passíveis de serem apresentados em audiência

de conciliação. As partes foram comunicadas sobre a disponibilidade, bem como as empresas indicaram processos com propostas reais de acordo.

Dos processos que tramitavam em Varas Cíveis de São Luís, as audiências foram realizadas pelo 1º Centro de Conciliação e os demais unidades foram encaminhadas através de lista para realização nas próprias unidades onde tramitam.

A Semana Nacional da Conciliação atendeu 15.116 pessoas, designou 8.866 audiências, realizou 8.032 audiências, gerando 2.031 acordos, num total de R\$ 6.730.447,39.

### Dia da Justiça

No dia 8 de dezembro, foi realizada a 1ª grande ação social alusiva ao Dia da Justiça, na comunidade do Tibiri (Centro de Educação Profissional e Tecnológica - SESI/SENAI). No local, foram efetuados mais de 1.200 atendimentos, realizados por servidores da Justiça e voluntários previamente inscritos. Foram feitos agendamentos para audiências de conciliação - envolvendo divórcio, pensão alimentícia e confirmação de paternidade; coleta de material para realização de exame de DNA; renegociação de dívidas por meio de plataformas digitais; serviços odontológicos de extração, restauração e aplicação de flúor; expedição de carteira de identidade, CPF e antecedentes criminais; cadastro único para programas sociais e benefícios assistenciais para idosos e pessoas com deficiência; atendimentos sobre direitos do cidadão; cadastro do Bolsa Escola; avaliação nutricional; vacinas contra febre amarela, influenza; testes para DST/Aids, sífilis, hepatite B e C; consultas pediátricas; corte de cabelo e recreação com brinquedos e palhaço para as crianças.

Ao longo do ano, o Nupemec também realizou duas Oficinas de Parentalidade, nas quais capacitou 21 famílias. (TJMA)

## TJ nega habeas corpus a vice acusado de mandar matar prefeito

*A prisão temporária foi convertida em preventiva no dia 09 de janeiro deste ano*

O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negou nessa quarta-feira (23) um habeas corpus impetrado pela defesa do vice-prefeito de Davinópolis, José Rubem Firmo (PC-doB), o Rubem Lava Jato.

Ele está preso desde o fim do ano passado, acusado de ser um dos mandantes da morte do prefeito da cidade, Ivanildo Paiva. Rubem Lava Jato foi inicialmente preso temporariamente, quando, então, seus defensores protocolaram o HC.

Ocorre que, no dia 9 de janeiro, a temporária foi con-

vertida em prisão preventiva, e o pedido do vice-prefeito acabou perdendo objeto, segundo o magistrado que analisou o caso.

“Observo que os motivos que ensejaram a impetração deste mandamus não mais subsistem, sendo forçoso reconhecer sua prejudicialidade, ante a superveniência do decreto de prisão preventiva, a qual constitui novo título prisional. Com essas considerações, julgo monocraticamente prejudicado o presente habeas corpus, por perda superveniente de objeto”, despachou. **(Gilberto Leda)**



*Rubem Firmo está preso desde o dia 31 de dezembro de 2018.*



### **Juízes convocados no Tribunal**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) escolheu, por sorteio, em Sessão Plenária Administrativa Extraordinária realizada quarta-feira, sete juízes do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha, que deverão compor quórum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador. Foram sorteados os magistrados Isabella de Amorim Parga, Marco Antônio Netto Teixeira, Mário Prazeres Neto, Reinaldo de Jesus Araújo, Hélio de Araújo Carvalho Filho, José Edilson Caridade Ribeiro e Ailton Castro Aires (2º suplente).

# Bate Rebate

## MODIFICAÇÕES



Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão aprovaram ontem de Lei que prorroga por mais quatro meses o mandato do atual presidente, desembargador José Joaquim e de toda a Mesa Diretora daquele Poder. De acordo com as modificações aprovadas ontem, a eleição do próximo presidente da Corte será na última sessão plenária de dezembro deste ano e a posse dos eleitos ocorrerá no final de abril do ano seguinte, em 2020.

# "Judiciário quer serviços jurisdicionais céleres", afirma presidente do TJMA



O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, anunciou o desenvolvimento de vários projetos

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou nesta quarta-feira (23) - durante a solenidade de abertura do Ano Judiciário - que, em 2019, o Poder Judiciário continuará primando por serviços jurisdicionais céleres, eficientes e sustentáveis, que garantiram à Corte de Justiça a conquista do 'Selo Justiça em Números, Categoria Ouro', concedido pelo Conselho Nacional de Justiça.

"Nossa agenda estratégica é vasta. Seguiremos na busca contínua por uma gestão profissionalizada e moderna, certos da essencialidade que nos marca em relação à função jurisdicional", frisou desembargador Joaquim Figueiredo.

Ele disse que o ano de 2019 representa um novo tempo de afirmação, de agendas positivas, de integração e de consolidação de projetos institucionais.

"Melhorias contínuas, qua-

lidade, governança, estratégia e planejamento, gestão do conhecimento, gestão por competência e de pessoas são as diretrizes do Tribunal de Justiça, que lança mão de metodologias de planejamento estratégico, todas elas cimentadas e normatizadas, seguindo a tendência da gestão pública contemporânea", assinala.

De acordo com o desembargador, o Poder Judiciário tem em vista o desenvolvimento de vários projetos institucionais, incluindo a criação da Vara Agrária; instalação da Vara do Idoso; instalação da Central de Mandados do 2o Grau; e a instituição de uma nova política para a assistência judiciária gratuita.

Incluem-se, ainda, entre os projetos a elaboração do gerador de custas; a instituição do fundo para recursos provenientes dos leilões judiciais com reversão ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário; a

campanha para priorização de julgamento dos processos físicos; o Selo Digital e Alvará Eletrônico.

O plano de ação prevê também a instituição da renda e a compensação mínima para as serventias de Registro Público deficitárias e o projeto para alfabetização de jovens e adultos, entre outros.

"Esse é o novo paradigma do Poder Judiciário e a grande vitória que continuaremos testemunhando em 2019, estando sempre próximos dos cidadãos e da sociedade", enfatiza o desembargador Joaquim Figueiredo.

A solenidade contou com a presença do presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto; do Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão, Alberto Bastos; do conselheiro Edmar Cutrim (representando o presidente do TCE, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior); do secretá-

rio-chefe da Casa Civil, deputado Marcelo Tavares (representando o Governador Flávio Dino); da procuradora de Justiça, Mariléa Costa (representando o Procurador-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho) e do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA, juiz Angelo Santos. (Ascom TJMA)

## Rapidinhas

- O desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho é o novo presidente da 6ª Câmara Cível Isolada do Tribunal de Justiça do Maranhão, para o ano de 2019.

- Também integram a Câmara, os desembargadores Anildes Cruz e José Jorge Figueiredo dos Anjos. As sessões da Câmara ocorrem sempre às quintas-feiras, a partir das 9h.

- O vereador Ricardo Diniz (PRTB) apoiou uma iniciativa

inédita em São Luís: o Projeto Nadando em Frente, que será lançado na capital maranhense neste sábado (26), às 15h30, na Associação dos Magistrados (AMMA).

- O projeto existe há mais de 15 anos, nasceu em Ribeirão Preto-SP, e já ensinou mais de 3 mil crianças a nadar. O Maranhão vai ser o quarto estado a receber o Projeto, incentivando a prática e o ensino da natação a crianças carentes.